



FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA
CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KIWONE CRISTINA FERREIRA SILVA

LUCIENE DE OLIVEIRA LAU

**A ÉTICA PROFISSIONAL E O CONTADOR: UM ESTUDO
SOBRE A POSTURA ÉTICA NO EXERCÍCIO DA
PROFISSÃO CONTÁBIL**

CARATINGA-MG

2016

**KIWONE CRISTINA FERREIRA SILVA
LUCIENE DE OLIVEIRA LAU**

**A ÉTICA PROFISSIONAL E O CONTADOR: UM ESTUDO
SOBRE A POSTURA ÉTICA NO EXERCÍCIO DA
PROFISSÃO CONTÁBIL**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Caratinga, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Manoel Richardson Grilli

CARATINGA-MG

2016

KIWONE CRISTINA FERREIRA SILVA

LUCIENE DE OLIVEIRA LAU

**A ÉTICA PROFISSIONAL E O CONTADOR: UM ESTUDO
SOBRE A POSTURA ÉTICA NO EXERCÍCIO DA
PROFISSÃO CONTÁBIL**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Caratinga, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Manoel Richardson Grilli (Orientadora)

Faculdades Integradas de Caratinga

Prof.

Faculdades Integradas de Caratinga

Prof.

Caratinga, 12/12/2016

DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente a Deus por mais essa conquista e por me sustenta nesses quatro anos de muita luta, aos meus familiares e amigos que sempre estiveram do meu lado apoiando acompanhando sempre os meus projetos. A minha amiga e parceira Luciene Lau que esteve comigo na realização deste trabalho, sem ela não conseguiria, e especialmente ao nosso orientador Manoel Richardson Grilli que foi de grande importância na minha vida acadêmica e no desenvolvimento dessa monografia.

Kiwone Cristina Ferreira Silva

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, também aos meus pais por todo apoio, ao meu marido por ter tido compreensão e paciência durante o desenvolvimento deste trabalho e a minha dupla e amiga Kiwone Cristina pela força e dedicação, pois sem ela este trabalho não se finalizaria. Ao meu orientador Manoel Richardson Grilli pela gentileza e valiosa colaboração na pesquisa, na orientação para elaboração desta monografia.

Luciene de Oliveira Lau

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por me acompanhar nesse caminho, iluminando e guiando cada passo dado até agora. A minha mãe que sempre esteve do meu lado, você é o que tenho de mais precioso. Te amo! Aos meus irmãos pela paciência e carinho comigo e a todos aos meus familiares e amigos que me apoiaram e contribuíram para chegar até aqui. Em breve estarei com o diploma nas mãos, renovando minhas ideias, concretizando meu sonho, que os anos de faculdade amadureceram. Esta vitória tem o sabor das dificuldades superadas, do dever cumprido, das solidas amizades e dos momentos inesquecíveis compartilhados!

Kiwone Cristina Ferreira Silva

À Deus eterno protetor agradeço e dedico minha vida e meu ânimo renovado a cada dia! À minha mãe Noêmia fonte inesgotável de amor e doação dedico a minha alegria por essa conquista. À meu pai Ivo exemplo de dignidade, humildade, respeito e cuidado dedico a pessoa que me tornei. À meu marido Washington, amor paciente, agradeço pelo companheirismo, dedicação e crescimento juntos, pois sem seu incentivo não chegaria ao final. Aos meus familiares e amigos pelas palavras de estímulos. Aos meus colegas de caminhada pela graça de conhecer cada um com suas diferenças. E pôr fim aos mestres pelos ensinamentos eternizados.

Luciene de Oliveira Lau

“A persistência é o caminho do êxito. ”

(Charles Chaplin)

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de caráter quantitativa e qualitativa sobre a postura da ética na contratação de serviços profissionais da contabilidade, tendo como objetivo verificar se os profissionais estão dispostos a desobedecer às regras éticas, fiscais e contábeis frente a uma oportunidade de trabalho de salário. O referencial teórico desenvolvido trata de elementos da ética, descrevendo seu conceito, abordando a ética e o profissional da contabilidade, e os valores da ética do contabilista. No aspecto metodológico caracteriza como um questionário aplicado aos profissionais da contabilidade no município de Caratinga/MG, no período de 10 de novembro a 15 de novembro de 2016, numa amostra de 50 (cinquenta respondentes). Para essa pesquisa foram utilizados questionários onde cada um teve cinco questões com duas opções de respostas construídas a partir de atos práticos realizados por profissionais da contabilidade. Os resultados foram capazes de responder o objetivo da pesquisa, sendo trabalhada em cima de três amostras diferentes, amostra geral, amostra de formação acadêmica e amostra área de atuação, onde mostra se os profissionais da contabilidade estão dispostos serem antiéticos perante uma proposta de salário e trabalho.

Palavras-chaves: Ética, Profissional contabilista, valores éticos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC - Conselho Federal de Contabilidade;

CSLL - Contribuição Social Sobre o lucro Líquido;

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social;

PPDD - Provisão Para Devedores Duvidosos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Formação Acadêmica dos Entrevistados	25
Gráfico 2 - Área de atuação dos empregados	26
Gráfico 3 - Amostra Geral - pergunta 1	27
Gráfico 4 - Amostra formação - pergunta 1	28
Gráfico 5 - Amostra da área de atuação - pergunta 1	28
Gráfico 6 - Amostra Geral - pergunta 2	30
Gráfico 7 - Amostra formação - pergunta 2	30
Gráfico 8 - Amostra de atuação - pergunta 2	31
Gráfico 9 - Amostra Geral - pergunta 3	32
Gráfico 10 - Amostra formação - pergunta 3	33
Gráfico 11 - Amostra área de atuação - pergunta 3	33
Gráfico 12 - Amostra Geral - pergunta 4	35
Gráfico 13 - Amostra formação - pergunta 4	36
Gráfico 14 - Amostra área de atuação - pergunta 4	36
Gráfico 15 - Amostra Geral - pergunta 5	38
Gráfico 16 - Amostra formação - pergunta 5	39
Gráfico 17 - Amostra área de atuação - pergunta 5	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1	ÉTICA E MORAL	13
2.2	ÉTICA E O PROFISSIONAL CONTÁBIL	15
2.3	VALORES DA ÉTICA DO CONTABILISTA	17
2.4	PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO ÉTICA	18
2.5	CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL	19
2.6	O CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTADOR	21
3	METODOLOGIA	24
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	25
4.1	UNIVERSOS DAS AMOSTRAS POR PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	25
4.2	ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	26
4.3	QUESTIONÁRIOS E ANÁLISE INDIVIDUAL	26
4.3.1	Questão 01	26
4.3.2	Questão 02	29
4.3.3	Questão 03	31
4.3.4	Questão 04	34
4.3.5	Questão 05	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
	ANEXO A: Questionário	46
	ANEXO B: Decreto	49

1 INTRODUÇÃO

O profissional da área contábil necessita além das teorias, conhecimento técnico ou habilidades profissionais, assim, a ética é fundamental para que este profissional seja idôneo, tendo valores éticos para responder os anseios da sociedade.

O caminho que cada indivíduo escolhe só reflete a ele próprio, ele quem decide se a escolha será certa ou errada, porém a ética deve ser à base da construção da vida de qualquer profissional.

A ética é de extrema importância na vida profissional, pois está totalmente relacionada ao nosso comportamento e nosso relacionamento com as pessoas, visando o melhor convívio.

Dessa forma Lisboa (1997) explica que “o argumento mais relevante que pode ser utilizado para que todos compreendam a importância da ética, válido para qualquer profissão, é o de que, caso a sociedade em geral não perceba a disposição dos profissionais em proteger os valores éticos, certamente ela passará a não acreditar na profissão.”

Para Aguiar (2003) “o objetivo da ética é estabelecer níveis aceitáveis de convivência entre os diversos comportamentos, já que nem todos os indivíduos têm o mesmo sentimento em relação a sua profissão ou organização.”

Os exercícios profissionais, como meio de relações sociais vivenciadas pelo ser humano, também possuem suas normas e regras que disciplinam os direitos e deveres do homem diante de seu grupo profissional, estendendo ao todo social. Com a ampliação e intensificação dessas relações, aprimoram-se as normas e regras, sendo que uma das formas de compilá-las é por meio do que se denomina código de ética.

Diante das responsabilidades, a profissão contábil tem suas atividades normatizadas a serviço tanto do seu usuário em particular, quanto do coletivo, assim, além de estar embasada em normas e princípios legais, a contabilidade precisa observar os valores profissionais éticos que acompanham o

desenvolvimento da vida social, para assegurar a credibilidade nos seus produtos e se constituir como relevante na área do conhecimento.

Dessa forma este estudo tem como objetivo mostra se os profissionais da contabilidade estão dispostos a prática atos contrário as normais éticas, fiscais e contábeis. Verificando as variáveis que induzem os profissionais de contabilidade a agirem de forma antiética.

Os objetivos específicos estão direcionados em mostra como se dá o processo de tomada de decisão ética por esses profissionais numa determinada situação, associando a ética profissional e o contador. Enfatizar o contexto de resultados alcançados, numa inversão de ordem prática, ou seja, testar para justificar, e daí apresentar conclusões que possam sustentar as teorias apresentadas como referencial. Demonstrando assim se os profissionais Contábeis fazem suas escolhas a partir do valor moral resultante das suas decisões.

O presente estudo constitui-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa, realizadas com 50 (cinquenta correspondente) em forma de questionário aplicado no município de Caratinga/MG, contendo cinco perguntas com duas opções de respostas, onde uma opção de resposta será induzindo o resultado para positivo, e outra induzindo o resultado para negativo, procurando mostrar se os profissionais agiriam contra as normas ética, fiscais e contábeis.

Contudo a análise feita foi em cima do universo das amostras por profissionais de Ciências Contábeis, abordando três tipos diferentes de amostragem, onde uma será amostra geral, outra amostra por formação e outra por área de atuação, assim tendo uma melhor conclusão das análises feitas neste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa pesquisa irá proporcionar a base fundamental para que se possa ter o melhor entendimento de forma clara e correta dos objetivos desse presente trabalho. Fazendo um levantamento teórico em busca de um melhor conhecimento.

2.1 ÉTICA E MORAL

No senso comum a ética sempre é confundida com a moral. Existe uma tendência em definir princípios éticos como princípios morais, embora exista uma correlação, para a ciência, essas duas palavras assumem significados diferentes.

Segundo Lisboa (2009), “A moral, como sinônimo de ética, pode ser conceituada como o conjunto das normas que, em determinado meio, granjeiam a aprovação para o comportamento dos homens”. Assim, ainda seguindo o pensamento do autor, podemos dizer que “A ética, como expressão única do pensamento correto, conduz a ideia da universalidade moral”.

Aurélio Buarque de Holanda Ferreira define Ética como sendo “o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto”

Valls (1993) diz que "A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta"

A ética pode colaborar para justificar certa forma de conduta moral. Dessa maneira, se a ética mostra uma ligação entre a conduta moral e as necessidades e os interesses sociais, ela nos auxiliará no devido lugar da moral efetiva, real e do grupo social.

No entanto, ela nos autoriza seguir uma forma de questionamento, na qual nos colocamos perante o dilema entre "o que é" e o "que deveria ser", defendemos contra um ignorante entendimento dos valores e normas modernas na sociedade e

abrindo em nossas almas a capacidade de dúvida de que os valores morais atuais são capazes de estar ocultando interesses que não concordam com as próprias causas geradoras da moral.

Para Adolfo Sanches Vázquez (1997) “A Ética é a investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma do comportamento dos homens, o da moral, considerando, porém, na sua totalidade e diversidade [...] o valor da Ética como teoria está naquilo que explica e não no fato de prescrever o recomendar com vistas à situação concreta [...]. A Ética parte do fato da existência da moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de morais no tempo com seus respectivos valores, princípios e normas”

Em cima disso podemos dizer então que o objeto de estudo da ética é, portanto, o que guia a ação: os motivos, as causas, os princípios, as máximas, as circunstâncias, mas também analisa as consequências dessas ações. A moral também se apresenta como histórica, porque evolui ao longo do tempo e difere no espaço, assim como as próprias sociedades e os costumes.

Sá (2000) comenta que “a ética é um estado de espírito é quase hereditário e vem da formação e do meio social no qual a criança teve sua personalidade moldada, burilada para ingressar no convívio da sociedade, que é o que popularmente se denomina berço; e moral é adquirida por meio da educação formal e da experiência de vida. ”

A ética deve nos conduzir a refletir honestamente sobre os valores que exercemos, dessa forma reconsiderar o nosso jeito de ser e estar no mundo, sendo fundamental para a evolução humana, caso ao contrário, poderíamos correr o risco de permanecer reféns de valores morais que diversas vezes podem estar fundamentados na tradição e nos tempos passados, fazendo com que não tenha mais sentido para a sociedade atual. É importante dizer que a ética é ser aquilo que você é, pois ela está associada ao caráter de cada indivíduo.

Costuma se imaginar que moral e ética tem a ver com limitação da liberdade, mais estamos equivocados enquanto a isso, pois podemos dizer que a moral e a ética é o pensamento livre sobre a vida, é o esforço intelectual que fazemos sempre

para escolher o melhor caminho e jogar no lixo outros caminhos que não nos interessa.

Vázquez (1989) esclarece que “como liberdade de escolha, decisão e ação, a livre vontade acarreta, em primeiro lugar, uma consciência das possibilidades de agir numa ou noutra direção. Contém também uma consciência dos fins ou das consequências do ato que se pretende realizar. [...] o grau de liberdade está, por sua vez, determinado histórica e socialmente, pois se decide e se age numa determinada sociedade, que oferece aos indivíduos determinadas pautas de comportamento e de possibilidades de ação.

Assim, diante disso o homem pode realizar escolhas na forma de enfrentá-la. O que necessita da vontade do próprio homem refletindo as decisões e ações do seu “ser livre”, tendo em vista aos fins de toda atividade que ele desenvolve e determinando seu comportamento.

Em relação em tudo falada podemos considerar que a ética em sentido geral, percebe-se que há um entendimento de que a ética é algo “bom”, promove realizações pessoais e o “bem” na sociedade, ainda que exista a carência de argumentos teóricos capazes de serem relacionados ao cotidiano.

2.2 ÉTICA E O PROFISSIONAL CONTÁBIL

O Profissional Contábil desenvolve a função de análise e aprimoramento da ética na profissão contábil. O contador precisa atender as necessidades de seus clientes, mantendo-se atualizado e acompanhando as mudanças, utilizando as ferramentas que possui baseadas nas técnicas mais recentes e adequadas.

Segundo Lisboa (1996, p.61) “O contador deve manter um comportamento social adequado às exigências que lhe faz a sociedade. ” Sendo assim, para um contador, por melhor que ele seja não basta somente a preparação técnica, é

necessário adquirir coerência social nos serviços que será prestado perante a sociedade.

A profissão contábil está completamente ligada ao desenvolvimento socioeconômico da humanidade. Com o crescimento acentuado das relações sociais e conseqüentemente as carências e expectativas da sociedade.

Para Silva (2003, pg. 3), “ O profissional contábil precisa ser visto como um comunicador de informações essenciais a tomada de decisões, pois a habilidade em avaliar fatos passados, perceber os presentes e predizer eventos futuros pode ser compreendido como fator predominante ao sucesso empresarial. ” No mundo contemporâneo o profissional contábil precisa estar pronto para enfrentar o dinamismo dos negócios, é necessária criatividade capacidade para transformar em ação todo o conhecimento adquirido.

Dessa forma a função básica há ser executada pelo contador é produzir informações uteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões, tendo eles ciência da responsabilidade da conduta ética deles próprios.

A falta de ética de acordo com PASSOS (2009) pode gerar penalidades legais, notícias desfavoráveis na imprensa e prejuízos nas relações com clientes, e também a insegurança, pois as pessoas passam a achar que poderão ser a próxima vítima de atitudes antiéticas.

Para SÁ (2014) o exercício de uma profissão demanda a aquisição de pleno conhecimento, o domínio sobre a tarefa e sobre a forma de executá-la, além de atualização constante e aperfeiçoamento cultural.

Sendo assim é dever ético-profissional dominar o conhecimento, como condição originaria da qualidade ou eficácia da tarefa, buscando conquistar melhor valorização no mercado atual, o profissional contábil realizará sua função de responsabilidade social, cumprindo com suas atribuições de forma ética e confiável.

2.3 VALORES DA ÉTICA DO CONTABILISTA

O profissional contábil por sua formação tem se tornado um elemento de referência na sociedade, influenciando positivamente o meio onde atua. A sociedade em seu conjunto espera que este atue com integridade, objetividade e independência, que seus serviços sejam desempenhados com competência, diligência e descrição.

LISBOA (1997) afirma que a contabilidade sempre estará inserida no meio de agentes sociais e com interesses antagônicos, caracterizados por relações entre fisco contribuintes, patrões e empregados, proprietários e administradores, entre outros. Nesse sentido, é necessário que os contabilistas estejam preparados tecnicamente, e possuam um nível de comprometimento capaz de identificá-los como profissionais diferenciados e que não estejam abertos à participação ou coniventes com atos e ações reconhecidas pela sociedade como amorais ou ilícitas o que só pode ser alcançado com a introjeção, e consequente demonstração através de suas ações, dos seus valores e deveres éticos.

O Conselho orienta que a qualificação e ética profissional são os atributos básicos que vão garantir uma remuneração condigna. Mesmo a condição de empregado não induz nem justifica a participação ou a conivência com o erro ou infrações de normas éticas ou legais que regem o exercício profissional. É vedado ao Contabilista oferecer ou disputar serviços profissionais mediante aviltamento de honorário ou em concorrência desleal. Tal procedimento é uma forma de suicídio profissional. O preço abaixo do custo faz a qualidade ceder à quantidade. O valor que os usuários se dispõem a pagar por seus serviços está na razão direta da qualidade destes. Tal valor está agregado, portanto, aos seus conhecimentos e à sua dedicação ao trabalho. Não podemos deixar de considerar, ainda, que o valor do seu trabalho depende, em parte, do grau de complexidade do que você vai realizar e do tempo necessário para executar o serviço. Mas esse valor também está condicionado à imagem profissional que você criou para si mesmo. Os usuários não hesitam em pagar bem pelos serviços daqueles que demonstram ser profissionais de sucesso. CFC (2003, p. 46)

Para PASSOS (2004) as organizações éticas buscam, na prática, ser honestas, justas e verdadeiras e democráticas, por sua questão de princípio e não de conveniências, esta forma de ser inspira a confiança e a credibilidade dos indivíduos com quem se relacionam e assim, seu empenho e lealdade. A empresa ética é aquela que conquistou o respeito e a confiança dos seus empregados, clientes, fornecedores, investidores e outros, estabelecendo um equilíbrio aceitável entre seus interesses econômicos e os interesses de todas as partes afetadas, quando toma decisões ou empreende ações.

Assim, para SÁ (2014) os benefícios que os profissionais propiciam, cumprindo as responsabilidades de seus trabalhos, passam a dar-lhes notoriedade, ampliando o grau de satisfação em relação a eles e quase criando uma obrigação de retribuição moral por parte dos beneficiados. Esta a razão pela qual, com sucesso, muitos deles chegam a cargos eletivos, com relativa facilidade.

A sociedade acaba por retribuir amplamente os serviços que com qualidade a ela o profissional dá com responsabilidade e respeito. Aquele que se conduz eticamente bem recebe de volta o bem social que pratica.

2.4 PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO ÉTICA

Devido à concorrência no mercado, é necessário que a ética esteja presente na personalidade e no modo de liderança do líder, exibindo critérios éticos e motivando os cooperantes em procura de algo comum para atingir o sucesso de todos.

Ponchirolli (2002) diz que “o líder deve fazer as pessoas acreditarem na existência de uma probabilidade de sucesso coletivo”. Diante dessa perspectiva uma empresa decide focar na ética, assim, seguir seus regulamentos e regras percebe-se uma mudança, principalmente no ambiente organizacional, modificando e motivando cada contribuinte mostrando que é de extrema importância saber o diferencial do que é certo e errado dentro da ética.

Na tomada de decisão é de extrema importância ser objetivo e claro, tendo que demonstrar sinceridade ao transmitir as informações, e o colaborador irá se sentir parte da vida da organização a partir daí, prevenindo futuros problemas de interação e comunicação.

Segundo Ford, Richardson e Alves (1994, 2005) existem dois aspectos básicos influentes e presentes nos modelos de tomada de decisão: a influência de fatores individuais e de fatores situacionais. Os estudos partem do pressuposto de que uma decisão ética é fruto de uma construção que envolve elementos de ordem pessoal e do ambiente. Os fatores individuais representam elementos de origem natural que um indivíduo pode utilizar num eventual processo decisório, a exemplo das suas características pessoais e culturais.

Jones (1991) afirma que quanto maior for o grau de reconhecimento das consequências do ato ou decisão tomada, maior será o reconhecimento dessa questão como ética. O autor acredita que uma decisão ética sofre a intervenção de definir características morais, o que remete em seus estudos em forma de construto, denominando-o de intensidade moral.

A sustentação da sua teoria vem do pressuposto que a conduta ética de um indivíduo será mais bem vista quando questões que abrangem alta intensidade moral estiverem envolvidas.

Completando Alves (2005) observa que o construto intensidade moral provavelmente irá variar substancialmente de uma questão para outra e não do agente moral, pois o ponto mais importante de um dilema está na própria questão.

Sobretudo, o construto intensidade moral indica a percepção de impacto seguinte de uma decisão ética, observando a abrangência e os efeitos da decisão em função do ato feito, das causas individuais e situacionais, e da moral do tomador de decisão.

2.5 CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

A Ética profissional inicia com um pensamento e deve vir antes da prática profissional. Um indivíduo antes de escolher sua profissão deve ter consciência de

responsabilidade passando a ter deveres profissionais obrigatórios. Ser ético é fundamentalmente compreender e comportar-se sem prejudicar os demais.

SÁ (2001) entende que grupos de pessoas a volta de um mesmo objetivo, por motivo de sobrevivência, negócios, classes profissionais ou interesses em comum de certa forma possui um Código de Ética ainda que contido, que é utilizado pelos integrantes de um mesmo grupo e de grupos diferentes. O autor afirma também que no decorrer dos anos a formação de classes profissionais aconteceu naturalmente e que atualmente se encontram regulado por lei e também organizadas em instituições de classes fortíssimas.

Ainda conforme Sá (2001, p.116) “uma classe profissional caracteriza-se pela homogeneidade do trabalho executado, pela natureza do conhecimento exigido preferencialmente para tal execução e pela identidade de habilitação para o exercício da mesma”, ou seja, as pessoas que as constituem, geralmente dominam várias características em comum.

Para Lisboa (1996) no exercício da profissão deve ser observado o comportamento de cada grupo que pode ser entendido como uma relação das práticas, essas associações são regidas pela ética profissional.

Conforme prescreve Sá (2001, p. 110) “seguir uma ordem que permita a evolução harmônica do trabalho de todos, a partir da conduta de cada um, através de uma tutela no trabalho que conduza a regulação do individualismo perante o coletivo”. Dessa forma, o Código de Ética profissional é usado como um mentor onde são descritos os princípios éticos conhecidos e aceitos pela sociedade (LISBOA, 1996).

Os Códigos de Ética profissionais representam “um conjunto de elementos que caracterizam o comportamento das pessoas dentro de um grupo social” (BORGES; MEDEIROS, 2007, p.64). Deste modo o Código de Ética profissional tem a função de ser um instrumento de condução que descreve os princípios éticos conhecidos e aceitos pela sociedade.

Esses códigos apresentam características grupais, ou seja, “[...] os padrões de conduta neles estabelecidos são, de alguma forma, discutidos com os membros que compõem a respectiva classe profissional, gerando regras que devem ser

respeitadas por todos” (ALVES *et al.*, 2007, p.59). Assim surge a ajuda entre as classes de atuação individual e os coletivos que se familiarizam se muito bem para o funcionamento preciso da função do empregado, do mesmo modo que as funções dentro de uma organização.

Um Código de Ética Profissional normalmente possui sustentação filosófica, com virtudes necessárias, normais a todos os códigos e específicas de cada profissão, que representam alterações entre os diversos estatutos éticos, pois cada profissão tem suas próprias características e exigem valores pertinentes ligadas diretamente ao seu desempenho (SÁ, 2001).

No entanto Lisboa (1996) afirma que nenhum Código de Ética consegue conter todos os problemas que surge no exercício de determinada profissão, conseqüentemente necessário que este seja finalizado com opiniões de órgãos competentes e associações profissionais. Este conceito é confirmado por Alves (2005, p.31) ao afirmar que “a constituição desses instrumentos normativos não garante, porém, que o corpo funcional da organização irá segui-los”, uma vez que tal código mostra com clareza o que deve ser feito, entretanto não assegura a conduta efetiva nas organizações.

2.6 O CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL CONTADOR

A ética de um profissional é um comportamento aglomerado que o profissional impõe a ele próprio, pela empresa em que ele trabalha, ou pela profissão que ele pratica. Com interesse de normatizar estas situações foram criados diversos códigos de ética, inclusive o código de ética do profissional contábil.

O código de ética profissional contábil foi elaborado em 1970, e em 1996 foi feita uma nova versão pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o código de ética define as obrigações e proibições, os deveres perante os colegas, classe e as penalidades a ser aplicado, caso devido.

Os contadores, como classe profissional, segundo Fortes (2002) caracterizam-se pela natureza e homogeneidade do trabalho executado, pelo tipo e característica do conhecimento, pelas habilidades técnicas e habilitação legal que são exigidos para o exercício da atividade contábil. Portanto, os profissionais contábeis representam um grupo específico com especialização no conhecimento da sua área, sendo uma força viva na sociedade, vinculada a uma grande responsabilidade econômica e social, sobretudo na mensuração, controle e gestão do patrimônio das pessoas e entidades.

O objetivo do código de ética do profissional contábil é dar capacidade a esse profissional a ter uma conduta pessoal, determinada com opiniões éticas conhecidas e aceita pela sociedade. O profissional contábil tem que ter técnica para cogitar sobre seus atos e possuir sensatez diante da sociedade.

O código de ética profissional do contador contém os princípios éticos aplicáveis a sua profissão. Em resumo, tais princípios dizem respeito à:

- a) Responsabilidade, perante a sociedade, de atuar com esmera qualidade, adotando critério livre e imparcial;
- b) Lealdade, perante o contratante de seus serviços, guardando sigilo profissional e recusando tarefas que contrariem a moral;
- c) Responsabilidade para com os deveres da profissão (aprimoramento técnico, inscrição nos órgãos da classe);
- d) Preservação da imagem profissional, mantendo-se atualizado em relação às novas técnicas de trabalho, adotando, igualmente, as mais altas normas profissionais de conduta. O contador deve contribuir para o desenvolvimento e difusão dos conhecimentos próprios da profissão. O respeito aos colegas deve ser sempre observado. (LISBOA, p.62, 2006)

De acordo com Lisboa (2009) é preciso encontrar uma finalidade social superior nos serviços que executa, o contador deve manter um comportamento social adequado as exigências que lhe faz a sociedade, não basta assim a preparação técnica por melhor que ela seja.

O profissional contábil deve preservar, claramente, os princípios e padrões éticos cabível a sua profissão, mostrando assim sua imagem verídica constituída para a nova geração profissional. Pode-se dizer que uma das circunstâncias

essenciais para o sucesso profissional contador é a sua ligação a um aglomerado de princípios éticos que sirvam de ideias aos seus atos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como exploratória. Marconi (2007) diz que as pesquisas exploratórias são estudos empíricos que desenvolvem hipóteses e formulam questões, tendo como um de seus objetivos modificarem e clarificar conceitos, estando consoante a proposta apresentada no estudo.

Gil diz que o método experimental consiste essencialmente em submeter os objetos de estudo à influência de certas variáveis que em certas condições são conhecidas e controladas pelo pesquisador. Para o autor, boa parte dos conhecimentos obtidos nos três últimos séculos é resultante do emprego do método experimental. Complementa, afirmando que esse método representa o melhor exemplo de pesquisa científica, pois consiste em: “determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz nesse objeto.

O procedimento desse trabalho realizará por meio de observações direta, pois temos pesquisas de campo que são geralmente estatísticas resultados de dados obtidos a partir das avaliações das opiniões de um grupo de pessoas. Em vista que a pesquisa tem um caráter qualitativo e quantitativo onde as opções de resposta são sugeridas através de um questionário e normalmente serão utilizadas para avaliar a opinião ou atitudes explícitas.

A pesquisa foi realizada junto aos profissionais da contabilidade da região de Caratinga/MG, no período de 10 de novembro a 15 de novembro de 2016. Foram aplicadas cinquenta amostra para profissionais da contabilidade, onde cada questionário contém cinco questões cada e duas opções de resposta sendo que uma delas vai induzir para lado positivo e a outra o lado negativo.

E desta forma temos como objetivo mostra se esses profissionais seriam capazes de ferir as normas éticas, fiscais e contábeis perante uma oportunidade de salário e trabalho.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A presente pesquisa tem como objetivo mostrar se o profissional da contabilidade está ferindo os princípios éticos para atender um objetivo próprio.

Assim a pesquisa de campo realizada para o levantamento de dados é através de questionários direcionados a esses profissionais atuantes na área contábil com registro profissional regulamentado.

4.1 UNIVERSOS DAS AMOSTRAS POR PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

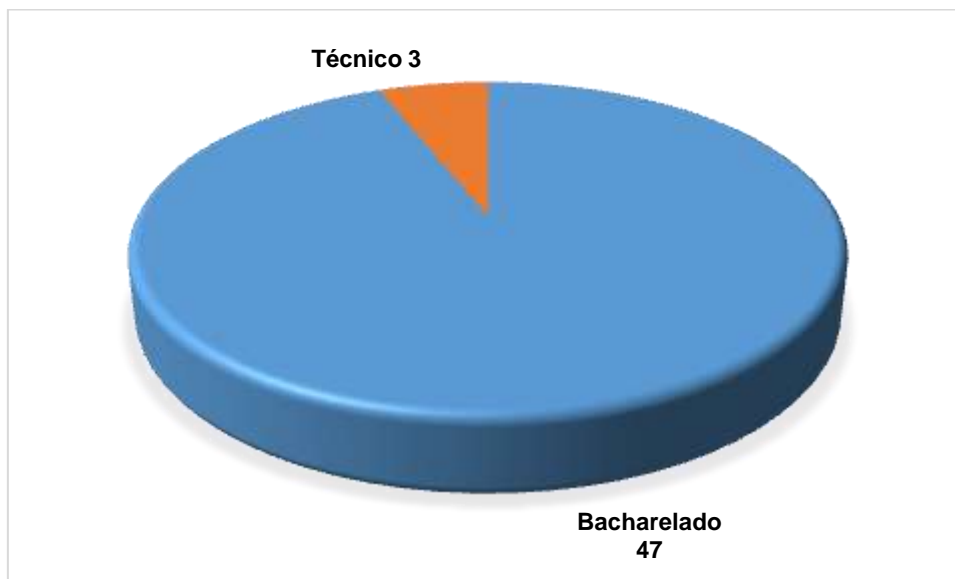


Gráfico 1 - Formação Acadêmica dos Entrevistados

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

A presente amostra do gráfico 1 evidencia a formação acadêmica dos entrevistados, sendo que conforme demonstrado a maioria é bacharel em Ciências Contábeis.

4.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

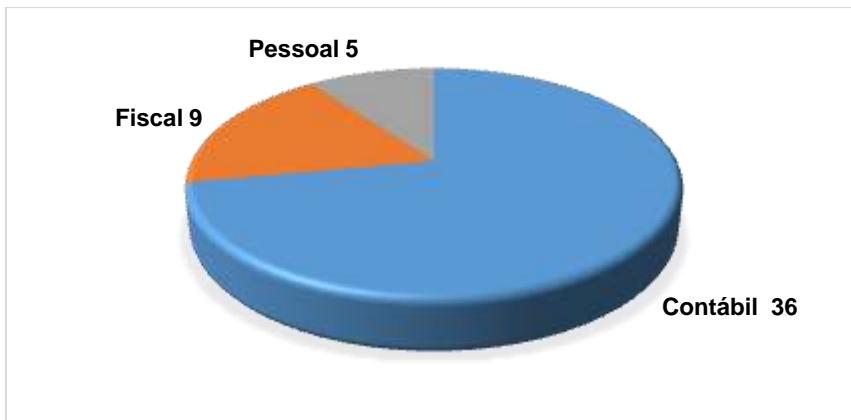


Gráfico 2 - Área de atuação dos empregados

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

O gráfico 2 evidencia na amostra a área de atuação dos entrevistados, o setor contábil é 72% do universo, seguido de 18% da área fiscal e 10% do setor pessoal.

4.3 QUESTIONÁRIOS E ANÁLISE INDIVIDUAL

Analisando individualmente cada questão perante três amostras classificadas como: geral, formação acadêmica e da área de atuação.

4.3.1 Questão 01

01) Nossa empresa é uma empresa comercial em processo expansão. Em termos tributários, é tributada pelo regime de lucro real trimestral. Por problemas operacionais, a mesma está com a contabilidade atrasada, mas pagou seus impostos em dia, utilizando alguns cálculos por aproximação para determinar as bases tributárias em cada trimestre. Por essas bases, foram feitas as informações periódicas exigidas pelo fisco. Portanto, necessita de um profissional que regularize a contabilidade de acordo com o que já foi informado, para não haver necessidade de retificação de dados junto ao fisco. Essa é uma situação passageira, pois a

atualização vai permitir a obtenção da tempestividade necessária nos próximos períodos. Considerando a atual situação da empresa e sabendo que o salário proposto para o cargo de contabilista é de R\$ 4.800,00, mais plano de saúde e tickets alimentação, e possibilidade de contratação, você aceitaria a proposta de emprego?

- Sim
- Não

A finalidade da pergunta 1 busca evidenciar a relação entre a aceitação de uma proposta de trabalho e a atividade a ser realizada. A questão aborda sobre a atualização da escrituração contábil na empresa.

Do ponto de vista ético faz os entrevistados julgar-se é competentes ou não para exercer o papel descrito.

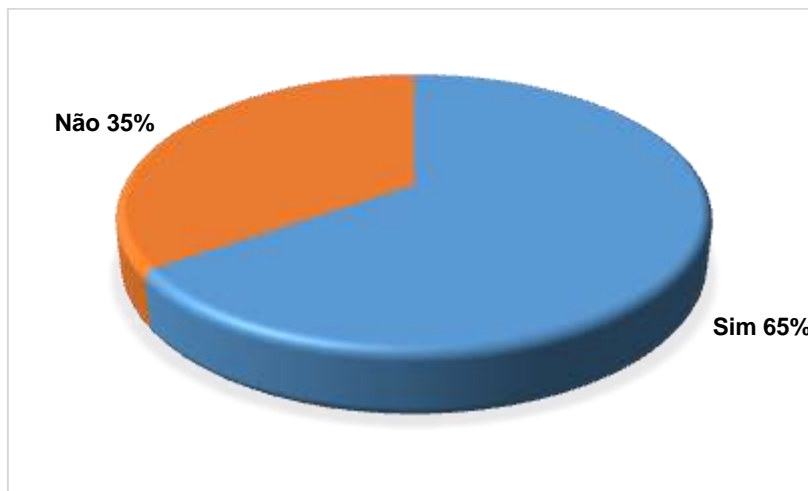


Gráfico 3 - Amostra Geral - questão 1

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Conforme resultados apurados na questão 1 no que tange à amostra geral, percebe-se que os entrevistados na sua maioria aceitariam o desafio profissional, sendo 65% dos 50 entrevistados que aceitariam o trabalho e 35% não aceitaria o trabalho.

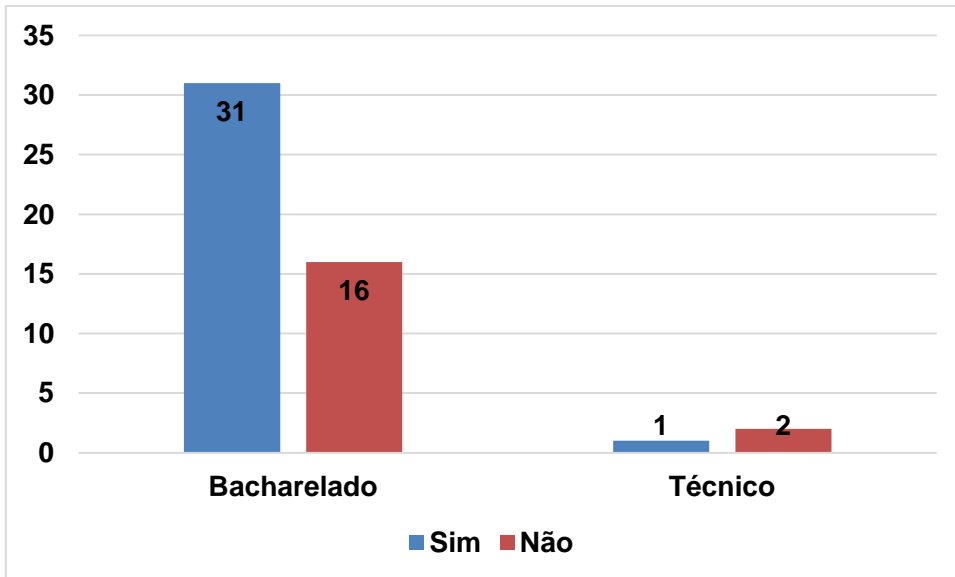


Gráfico 4 - Amostra formação - questão 1

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

O gráfico 4 tem por objetivo demonstrar o resultado da questão 1 no que tange a área de formação acadêmica dos entrevistados. Conforme pode se perceber os bacharéis aceitariam a proposta de trabalho, já os técnicos em contabilidade não aceitariam o desafio.

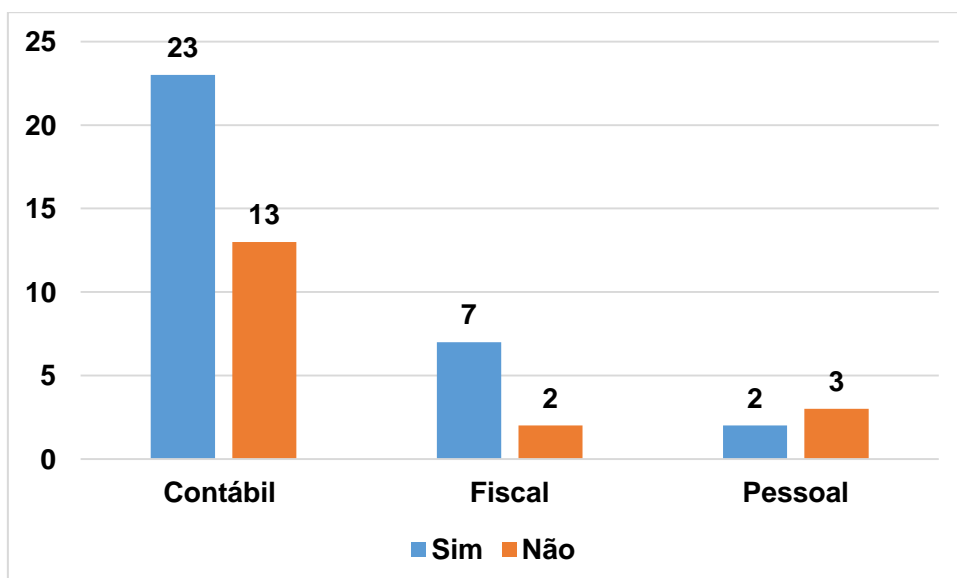


Gráfico 5 - Amostra da área de atuação - questão 1

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

O gráfico 05 cinco visa responder a questão 01 sob a ótica da área de atuação, conforme demonstrado no gráfico, o setor contábil detém a maioria dos entrevistados e também na aceitação do desafio profissional. O setor fiscal por ser uma área correlacionada ao objeto da atividade também demonstrou apto. Já o setor pessoal apresentou resultado de não aceitação do desafio, isso pode ser levado em consideração a inexperiência na área de atuação.

4.3.2 Questão 02

02) A nossa empresa deveria contabilizar a depreciação dos veículos (taxa normal sem aceleração ou incentivo para um turno) a alíquota de 20% ao ano. Sabendo que a empresa utilizou uma base de depreciação anual de 25%, mesmo trabalhando em um único turno, como você tratará este problema?

a) () Refarei os cálculos e contabilizarei o valor real da depreciação aceita pelo fisco, ou seja 20% ao ano.

b) () Contabilizarei o valor informado, de modo a fechar com as informações enviadas ao fisco."

A finalidade da questão 2 está relacionada a questão técnica contábil aplicada a depreciação dos bens do ativo imobilizado. Do ponto de vista contábil, segundo Santos (2007, p. 138), a depreciação pode ser conceituada como "o sistema contábil que objetiva distribuir o custo total de um ativo tangível, líquido do seu valor residual, se houver, durante a vida útil estimada do bem".

O entrevistado ao responder a questão 2 foi levado a uma auto avaliação em relação ao critério contábil já reconhecido e a forma de retificar essas informações. Por se tratar de uma regulamentação sobre a questão técnica aplicada ao optar pela resposta A ele estaria reconhecendo o erro e retificando. Já na resposta B ele estaria aceitando um procedimento que no ponto de vista legal estaria incorreto.

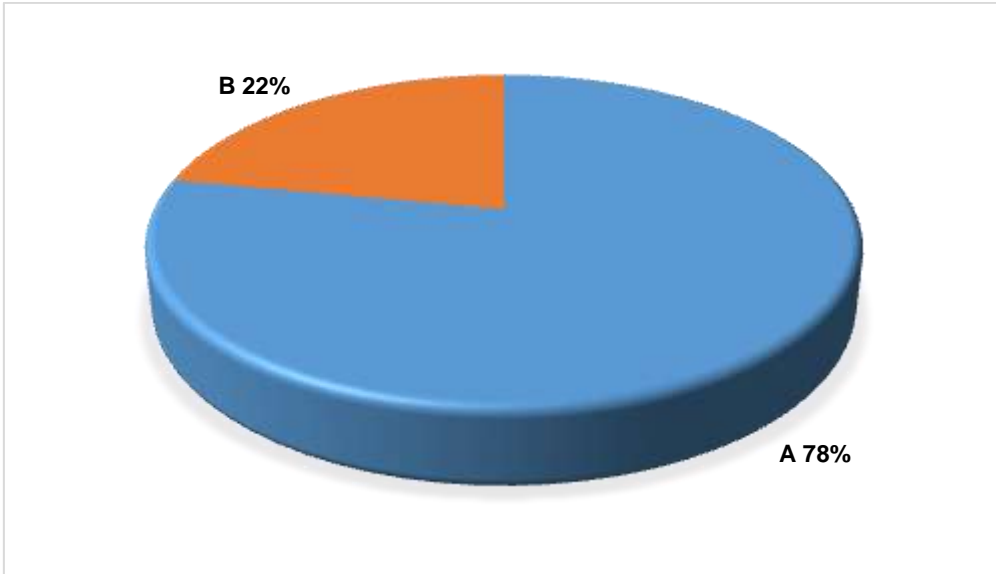


Gráfico 6 - Amostra Geral - questão 2

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Na análise do gráfico 6 percebe-se que os entrevistados em sua maioria reconheceriam o erro, ou seja, optarem pela resposta A.

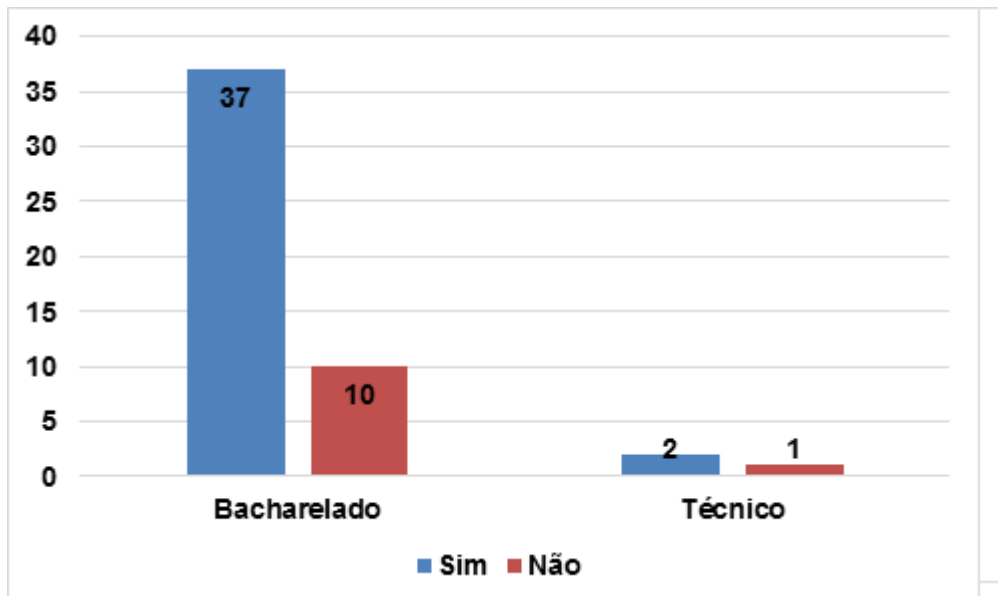


Gráfico 7 - Amostra formação - questão 2

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Já na amostra da análise de formação acadêmica, tanto os bacharéis quanto os técnicos responderam em sua maioria retificar o critério de contabilização da depreciação dos seus ativos imobilizados, dando assim como resposta a letra A.

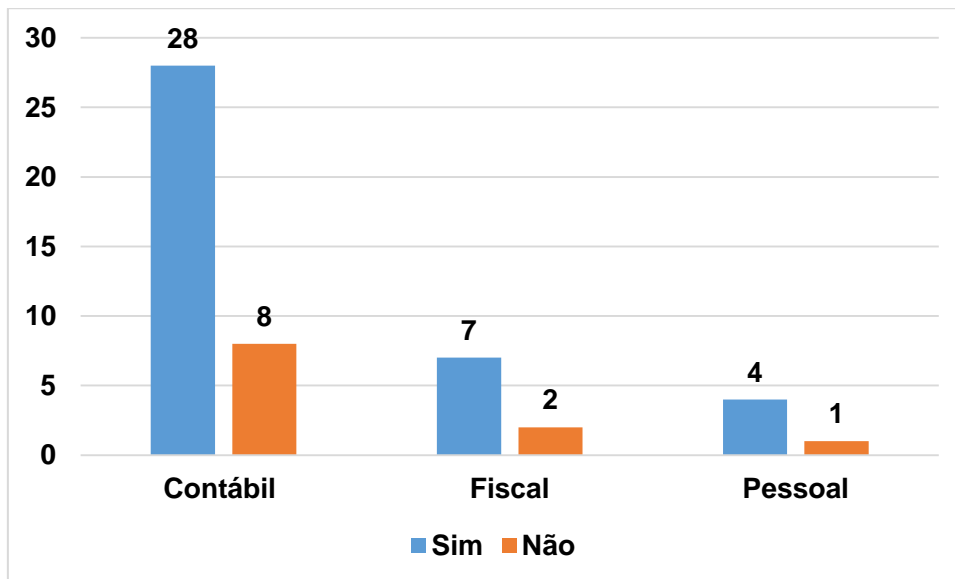


Gráfico 8 - Amostra de atuação - questão 2

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Na análise por setor de atuação todos os setores tanto contábil, fiscal e pessoal por sua maioria optaram em reconhecer o erro e retificar quando afirmou atrás do questionário a resposta A.

4.3.3 Questão 03

3) A nossa empresa deveria reconhecer a provisão para férias na proporção de 1/12 avos a cada período trabalhado, mais encargos consoante às alíquotas de INSS (27,8%) e FGTS (8%). Sabendo que a empresa utilizou o nível de 2/12 avos ao mês para tais provisões, como você vai tratar este problema?

a) () Refarei os cálculos, ajustando as bases de acordo com as regras aceitas pelo fisco, ou seja, provisão de 1/12 avos ao mês.

b) () Contabilizarei o valor informado, de modo a fechar com as informações enviadas ao fisco; ou seja, reconhecerei a provisão ao nível de 2/12 avos ao mês.

A finalidade da questão 3 trata mais de uma falha no critério de reconhecimento da provisão para décimo terceiro salário. Sendo que conforme prevê legislação da lei complementar nº 150 de 2015 Art. 1º fala que a gratificação salarial instituída pela Lei número 4.090, de 13 de julho de 1962, será paga pelo empregador até o dia 20 de dezembro de cada ano, compensada a importância que, a título de adiantamento. O correto seria provisionar 1/12 avos ao mês.

Sob o ponto de vista ético os entrevistados ao responder a letra A reconhece tal erro e procura ajustar a informação de forma devida. O que difere quando o entrevistado opta pela resposta B, onde admite que está errando e não procura soluções para correções.

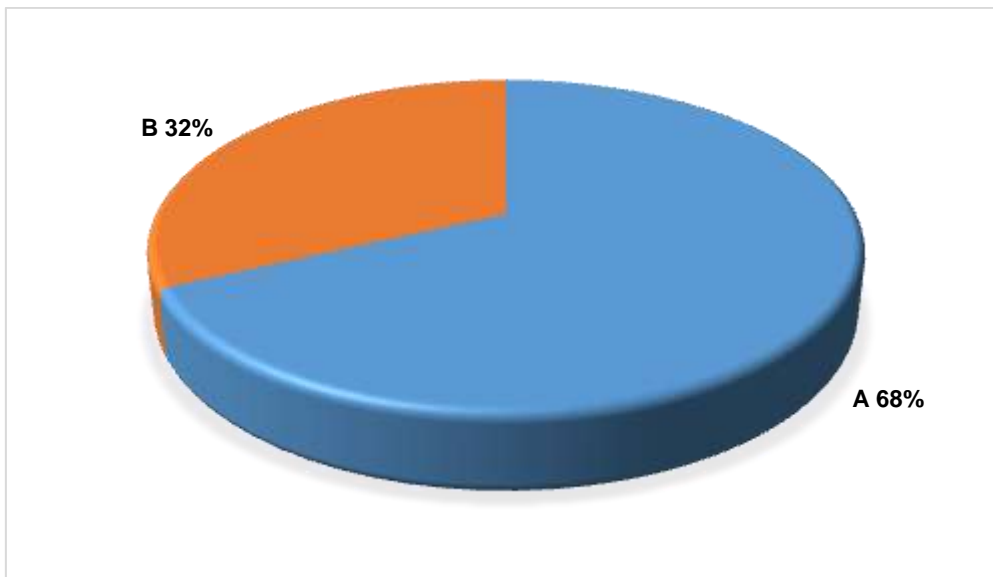


Gráfico 9 - Amostra Geral - questão 3

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Como podemos ver na análise do gráfico 9 os entrevistados em sua maioria reconheceriam o erro e procuraria ajusta as informações de forma devida, assim ao optaram pela resposta A.

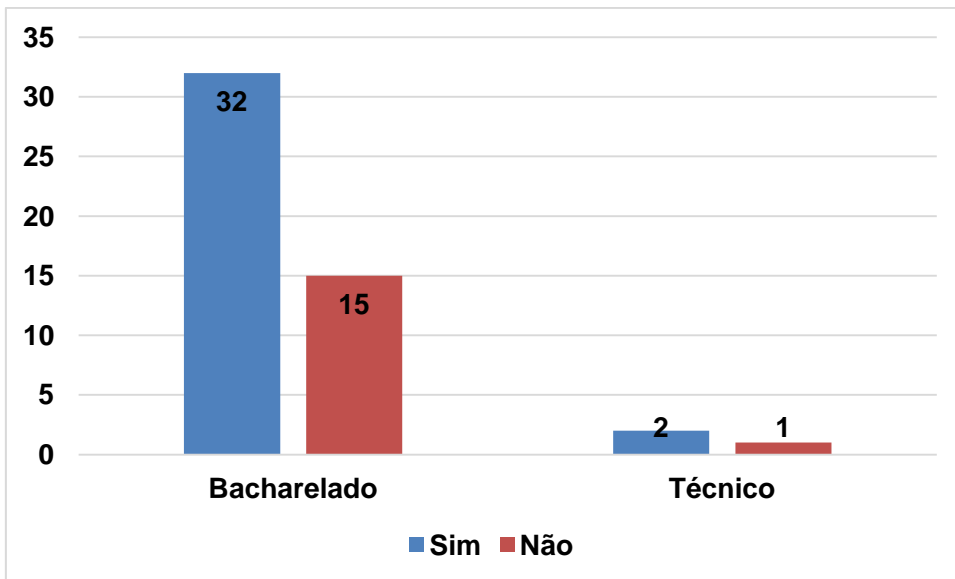


Gráfico 10 - Amostra formação - questão 3

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Na análise da amostra da formação acadêmica, tanto os bacharéis quanto os técnicos que por sua vez responderam em sua maioria a resposta A, reconheceriam o erro e procuraria a ajusta as informações.

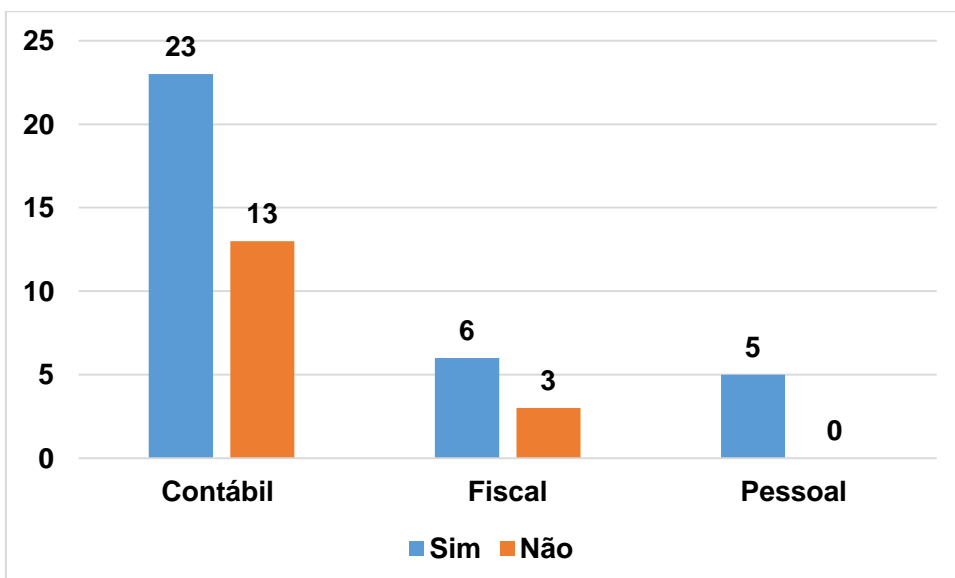


Gráfico 11 - Amostra área de atuação - questão 3

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Na análise por setor de atuação o gráfico 11 mostra que os setores contábeis e fiscais por sua maioria optaram em reconhecer o erro e ajusta as informações, já o setor pessoal todos optaram em reconhecerem o erro e ajusta as informações. Dessa forma todos os setores em grande maioria escolheram a resposta de letra A.

4.3.4 Questão 04

4) No mês de abril de 2008, nossa empresa efetuou vendas sem nota fiscal, no valor de R\$ 18.000,00, não registrando na contabilidade nem nos livros fiscais. No mesmo mês contabilizou suas despesas normalmente, no total de R\$ 391.612,30. Após a conciliação do Caixa, apresentou um Estouro no valor de R\$ (14.007,00). Para regularizar a situação, a empresa pensa em efetuar um lançamento a débito de Caixa no valor R\$ 20.000,00 contra uma conta de Passivo relativo à “Adiantamento de Sócios” ou “Empréstimos de Sócios”, de modo a ajustar os saldos, regularizando o saldo da conta, que assim ficará devedora em R\$ 5.993,00. Sabendo que não existe documentação que venha a comprovar esta situação, como você tratar este caso?

a) () Contabilizarei a venda omitida e não registrada, oferecendo a tributação e reconhecendo os impostos consequentes, ajustando livros e registros fiscais e contábeis.

b) () Contabilizarei o valor informado, de modo a fechar com as informações enviadas ao fisco, efetuando lançamento a débito de Caixa conta a uma conta de Passivo relativo à “Adiantamento de Sócios” ou “Empréstimos de Sócios”.

Objetivando atender a questão 4 o entrevistado reflete sobre a seguinte questão:

Quanto a afirmativa A ele reconhece a entrada de caixa mesmo sem documentação hábil e idônea decide aplicar o princípio da prudência que de acordo com a Resolução CFC nº 750-93 Art.10 “O Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido”, onde

será oferecido a tributação. O respectivo valor, sob o ponto de vista ético está correta quando se opta por esta alternativa, pois não estará sonegando impostos, entretanto sem reconhecer a entrada do recurso no caixa da empresa, uma vez que não existem indícios que comprovem a entrada deste.

Quanto a afirmativa B ele reconhece contabilmente a entrada do recurso decorrente de empréstimo provindo dos sócios da empresa, o entrevistado afirma que existe uma possibilidade de desfalque de caixa e transfere a responsabilidade deste para o sócio que em tese estará emprestando recurso para a empresa.

No ponto de vista ético podemos concluir que o entrevistado reconhece que tal procedimento contábil está na contramão do princípio da prudência.

Resolução CFC 750/1993

O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

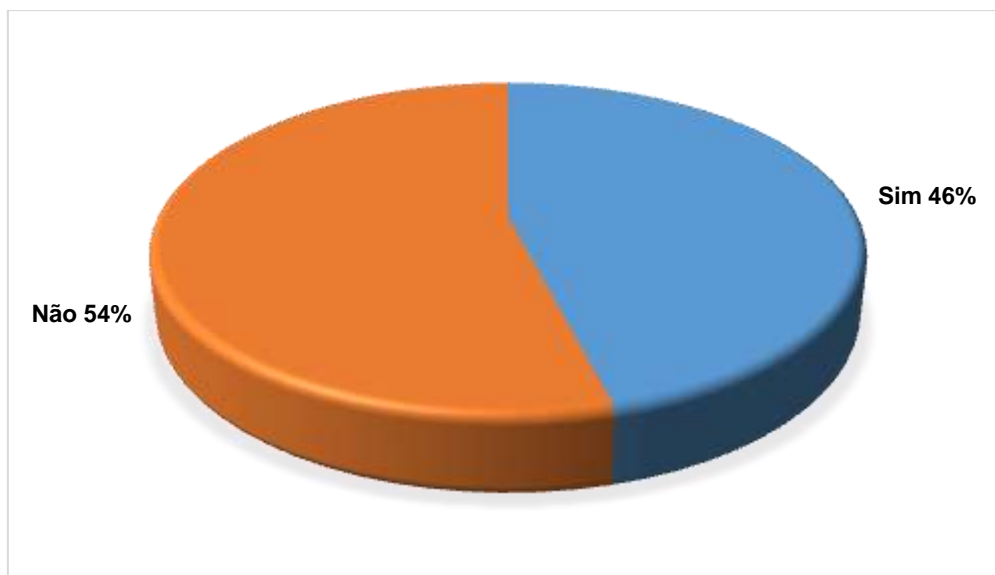


Gráfico 12 - Amostra Geral - questão 4

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Na análise do gráfico 12 percebe-se que os entrevistados em sua maioria não reconheceriam contabilmente a entrada dos recursos decorrente de empréstimo provindo dos sócios da empresa, optando pela resposta B.

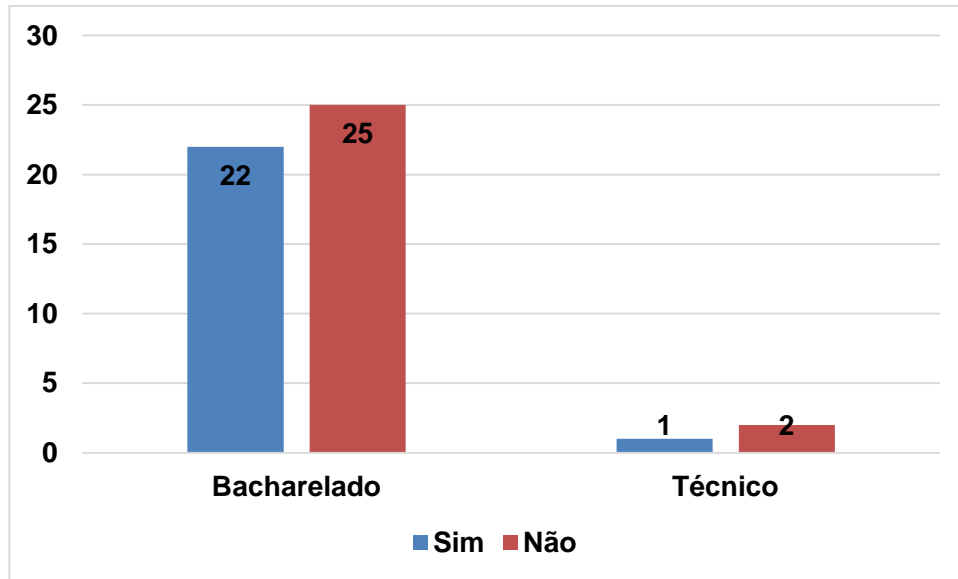


Gráfico 13 - Amostra formação - questão 4

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

No gráfico 13 na amostra da formação acadêmica, percebe-se um equilíbrio tanto entre a resposta A e resposta B, mais tanto os bacharéis quanto os técnicos responderam em sua maioria que não reconheceriam contabilmente a entrada dos recursos decorrente de empréstimo provindo dos sócios da empresa, optando pela resposta B.

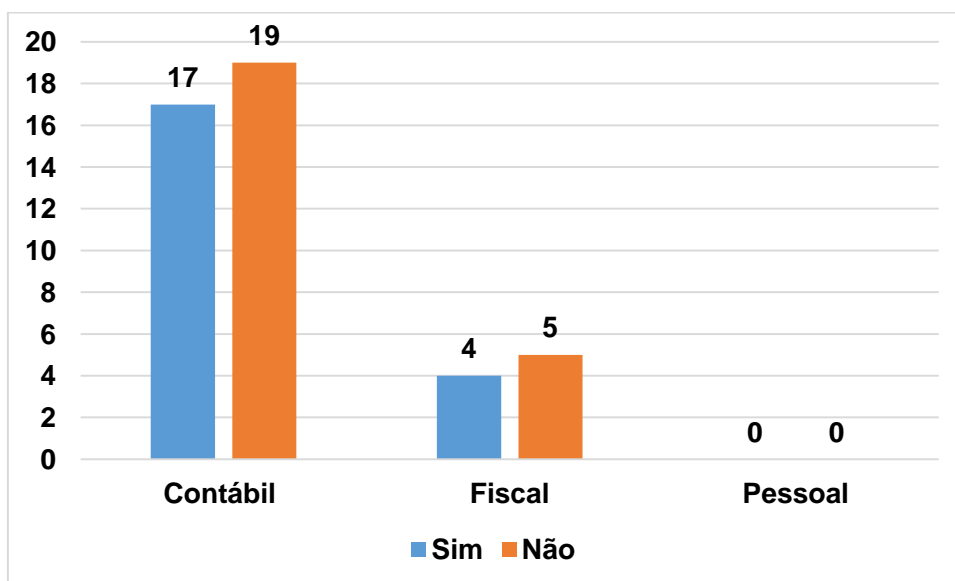


Gráfico 14 - Amostra área de atuação – questão 4

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Analisando pela área de atuação percebe-se que tenha um equilíbrio na escolha das respostas mais tanto o setor contábil quanto o fiscal não reconheceriam contabilmente a entrada dos recursos decorrente de empréstimo provindo dos sócios da empresa, optando pela resposta B.

4.3.5 Questão 05

5) Nossa empresa contabilizou o valor de R\$ 136.718,60, à título de provisão para devedores duvidosos (PPDD), sendo que este valor foi utilizado como despesa dedutível para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, cujos dados já foram informados ao fisco. Estes valores foram calculados a uma alíquota de 7,5% do saldo das contas a receber do período. Sabendo que existem restrições fiscais quanto à dedutibilidade dessa provisão, como você vai tratar este problema?

a) () Refazer as bases de cálculo, expurgando o valor da PPDD, de modo a refletir o real valor da base de cálculo e consequentes ajustes nos valores do IRPJ e CSLL.

b) () Contabilizarei o valor informado, de modo a fechar com as informações enviadas ao fisco, ou seja, reconhecerei a provisão como dedutível, pela alíquota de 7,5%.

Como demonstra a questão 5 tem como objetivo buscar respostas no que tange o procedimento técnico contábil relativo ao reconhecimento de insolvência de clientes e bem como buscar a melhor forma de reduzir o valor do lucro tributável.

Sob a ótica da ética profissional o que se evidencia é que quando se opta pela resposta A os entrevistados reconhecem o erro ao usar de critérios benéficos para redução do lucro tributável, porém em desacordo com a legislação fiscal.

RIR-99 - Decreto nº 3.000 de 26 de Março de 1999

Art. 340. *As perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica poderão ser deduzidas como despesas, para determinação do lucro real, observado o disposto neste artigo (Lei nº 9.430, de 1996, art. 9º).*

Na contramão da ética profissional os entrevistados quando optaram pela alternativa B reconhecem que estão em desacordo com a legislação, mas não fazem nada para corrigir a situação. De acordo com a Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010 Capítulo II devemos exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.

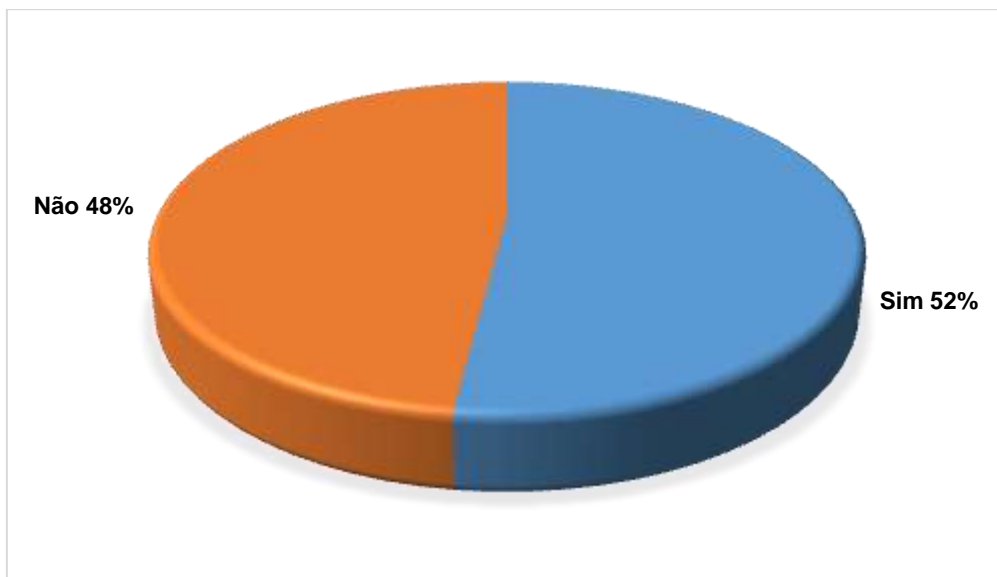


Gráfico 15 - Amostra Geral - questão 5

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Na análise do gráfico 15 pode se perceber que por uma diferença pequena a maioria optou na resposta A, sendo assim, reconheceriam o erro, e usariam de critérios benéficos para redução do lucro tributável.

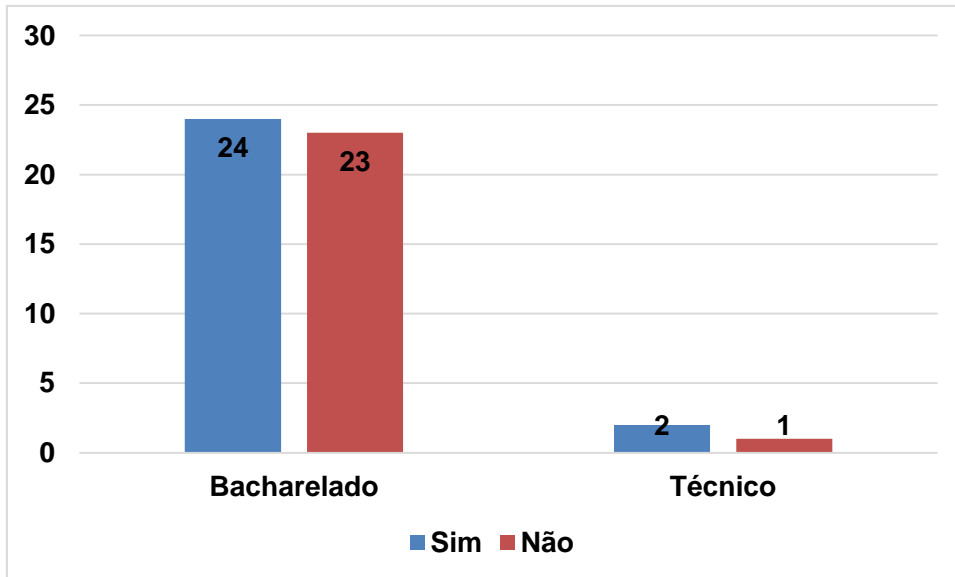


Gráfico 16 - Amostra formação - questão 5

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

O gráfico 16 pode se observa que tantos os bacharéis quando os técnicos em sua maioria reconheceriam seu erro, assim optando pela resposta A.

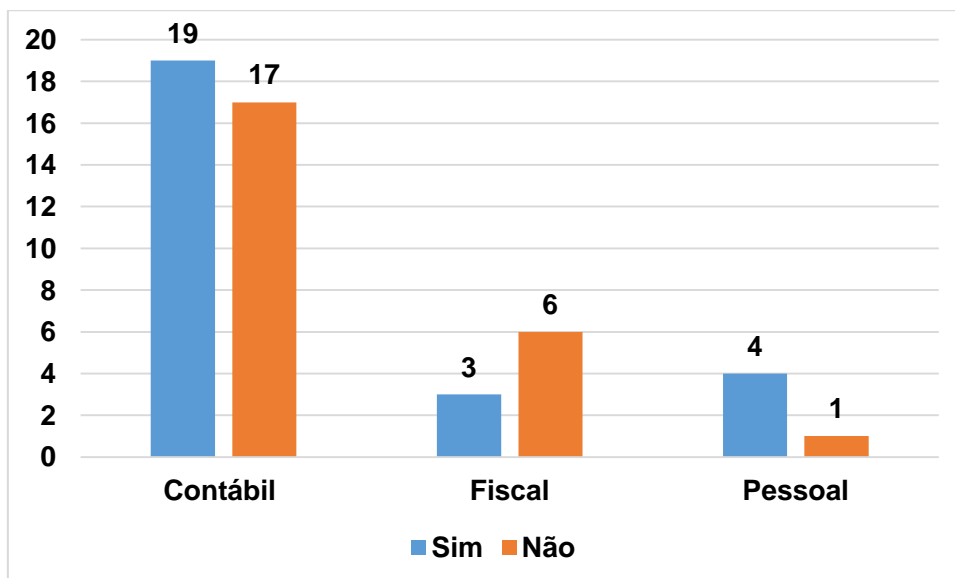


Gráfico 17 - Amostra área de atuação - questão 5

FONTE: Elaborado pelo autor – 12/2016

Na análise sobre a amostra de atuação do gráfico 17 mostra que no setor contábil teve um equilíbrio entre reconhecer o erro ou não, mas a maioria respondeu letra A, ou seja, reconheceriam o erro e usariam os critérios benéficos para redução

do lucro tributável, porém em desacordo com a legislação. Já o setor fiscal a maioria optou por reconhecerem que estão em desacordo com a legislação, mas não fazem nada para corrigir a situação, sendo assim escolheram como resposta a letra B. E o setor pessoal a maioria optou por reconhecer o erro e utilizariam os critérios benéficos para redução do lucro tributário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que a ética é de grande importância para a vida profissional, pois está diretamente ligada ao nosso relacionamento com as pessoas e ao nosso comportamento, tendo em vista o melhor convívio.

Analisando uma realidade mais próxima, o presente estudo buscou analisar dentro do município de Caratinga/MG alguns profissionais da contabilidade, que por muitas vezes recebem propostas de trabalho e salário melhores, porém teriam que ferir as normas éticas, fiscais e contábeis. Muitas vezes também acabam cobrindo uma “sujeirinha” para um fechamento de dados.

Essa situação fez surgir um objetivo geral desse estudo, o de mostrar se os profissionais de Caratinga/MG seriam capazes de ir contra as normas éticas, fiscais e contábeis perante uma proposta de trabalho melhor ou salário melhor, ou até mesmo para encobrir um erro que passou despercebido.

Analisando as informações recolhidas por meio de método experimental, o resultado da pesquisa sobre esses profissionais ferirem ou não as normas éticas, fiscais e contábeis, obteve as seguintes conclusões.

A maioria dos entrevistados na região de Caratinga/MG tem a formação acadêmica de bacharelado, e na área de atuação dos entrevistados mostra que o setor contábil é 72% do universo, seguido de 18% da área fiscal e 10% do setor de pessoal. Perante isso à análise individual de cada questão podemos obter as seguintes conclusões.

A questão 01 busca evidenciar a relação entre a aceitação de uma proposta de trabalho e a atividade a ser realizada. A questão aborda sobre a atualização da escrituração contábil na empresa, de uma forma geral os entrevistados por sua maioria aceitariam o desafio profissional, sendo 65% dos 50 entrevistados que aceitariam o trabalho e 35% não aceitaria o trabalho. O setor pessoal foi o único que apresentou resultado de não aceitação do desafio, isso pode ser levado em consideração a inexperiência na área de atuação.

A finalidade da pergunta 02 está relacionada a questão técnica contábil aplicada a depreciação dos bens do ativo imobilizado. Dessa forma de modo geral percebe-se que os entrevistados em sua maioria reconheceriam o erro.

A questão 03 trata mais de uma falha no critério de reconhecimento da provisão para décimo terceiro salário, assim de uma forma geral os entrevistados bacharéis e técnicos em sua maioria reconheceriam o erro e procuraria ajusta as informações de forma devida.

A questão 04 tem por finalidade no ponto de vista ético reconhece que tal procedimento contábil está na contramão do princípio da prudência. Podendo assim afirma então que existe uma possibilidade de desfalque de caixa e transfere a responsabilidade deste para o sócio que em tese estará emprestando recurso para a empresa. Assim de uma forma geral percebe-se que os entrevistados em sua maioria não reconheceriam contabilmente a entrada dos recursos decorrente de empréstimo provindo dos sócios da empresa.

A questão 05 buscar respostas no que tange o procedimento técnico contábil relativo ao reconhecimento de insolvência de clientes e bem como buscar a melhor forma de reduzir o valor do lucro tributável. Assim de uma forma geral percebe que por uma diferença pequena a maioria optou por reconhecer o erro, e usar de critérios benéficos para redução do lucro tributável.

Em cima de todas essas questões a maioria desses entrevistados agiria de acordo com a legislação e a parti do momento que se age de acordo com as normas fiscais e contábeis e societárias o profissional está agindo eticamente.

Com tudo, este estudo mostra que as vezes muitos processos éticos disciplinares do profissional da contabilidade acontecem por desconhecimento, negligência. É imprescindível estar sempre bem informado, acompanhando não apenas as mudanças nos conhecimentos técnicos da sua área profissional, mas também nos aspectos legais e normativos.

Competência técnica, aprimoramento constante, respeito às pessoas, correção de conduta, corresponder à confiança que é depositada em você, comportamento eticamente adequado e sucesso continuado são indissociáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco José dos Santos. **Adesão do Contabilista ao código de ética da sua profissão**: um estudo empírico sobre suas percepções. 273 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

ALVES, Francisco José dos Santos; LISBOA, Nahor Plácido; WEFFORT, Elionor Farah Jreige; ANTUNES, Maria Thereza Pompa. Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista, **Revista de Contabilidade e Finanças**, FEA/USP, v.18 n. spe, 2007.

BORGES, Erivan; MEDEIROS, Carlos. Comprometimento e Ética Profissional: Um Estudo De Suas Relações Juntos Aos Contabilistas. **Revista de Contabilidade e Finanças**, FEA/USP, n. 44, p. 60 – 71, Mai./Ago., 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, **Código de ética profissional do contador**, 1996. Brasília

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Mensagem a um futuro Contabilista**. 7 ed. Brasília: CFC, 2003.

DICIONÁRIO AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999;

FORTES, J. C. **Ética e responsabilidade profissional do contabilista**. Fortaleza: Fortes, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. São Paulo:Saraiva, 1996.

LISBOA, Lázaro Plácido – **Ética Geral e Profissional em Contabilidade** – São Paulo - Editora Atlas S.A – 2009;

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade**. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras. São Paulo: Atlas, 2009.

LISBOA, Lázaro Plácido **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. 1. ed. 10.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 9. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, José Luiz; SCHIMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves; MACHADO, Nilson Perinazzo. **Teoria da contabilidade: introdutória, intermediária e avançada**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

VALLS, Álvaro L.M. **O que é ética**. 7ª edição Ed.Brasiliense, 1993, p.7

VAZQUEZ, Adolfo S. **Ética**. Tradução de João Dell`Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. 9. ed. São Paulo: **Civilização Brasileira, 1989**.

ANEXO A: Questionário

ETAPA 1 – Identificação do profissional

Nome:

Formação Acadêmica: Bacharelado () Técnico ()

Ano da formação:

Setor de Atuação: Fiscal () Contábil () Departamento Pessoal ()

ETAPA 2 – Questionário para Analise

Questão 1 - Nossa empresa é uma empresa comercial em processo expansão. Em termos tributários, é tributada pelo regime de lucro real trimestral. Por problemas operacionais, a mesma está com a contabilidade atrasada, mas pagou seus impostos em dia, utilizando alguns cálculos por aproximação para determinar as bases tributárias em cada trimestre. Por essas bases, foram feitas as informações periódicas exigidas pelo fisco. Portanto, necessita de um profissional que regularize a contabilidade de acordo com o que já foi informado, para não haver necessidade de retificação de dados junto ao fisco. Essa é uma situação passageira, pois a atualização vai permitir a obtenção da tempestividade necessária nos próximos períodos. Considerando a atual situação da empresa e sabendo que o salário proposto para o cargo de contabilista é de R\$ 4.800,00, mais plano de saúde e tickets alimentação, e possibilidade de contratação, você aceitaria a proposta de emprego?

a) () Sim.

b) () Não.

Questão 2 - A nossa empresa deveria contabilizar a depreciação dos veículos (taxa normal sem aceleração ou incentivo para um turno) a alíquota de 20% ao ano. Sabendo que a empresa utilizou uma base de depreciação anual de 25%, mesmo trabalhando em um único turno, como você tratará este problema?

a) () Refarei os cálculos e contabilizarei o valor real da depreciação aceita pelo fisco, ou seja 20% ao ano.

b) () Contabilizarei o valor informado, de modo a fechar com as informações enviadas ao fisco.

Questão 3 - A nossa empresa deveria reconhecer a provisão para férias na proporção de 1/12 avos a cada período trabalhado, mais encargos consoante às alíquotas de INSS (27,8%) e FGTS (8%). Sabendo que a empresa utilizou o nível de 2/12 avos ao mês para tais provisões, como você vai tratar este problema?

a) () Refarei os cálculos, ajustando as bases de acordo com as regras aceitas pelo fisco, ou seja, provisão de 1/12 avos ao mês.

b) () Contabilizarei o valor informado, de modo a fechar com as informações enviadas ao fisco; ou seja, reconhecerei a provisão ao nível de 2/12 avos ao mês.

Questão 4 - No mês de abril de 2008, nossa empresa efetuou vendas sem nota fiscal, no valor de R\$ 18.000,00, não registrando na contabilidade nem nos livros fiscais. No mesmo mês contabilizou suas despesas normalmente, no total de R\$ 391.612,30. Após a conciliação do Caixa, apresentou um Estouro no valor de R\$ (14.007,00). Para regularizar a situação, a empresa pensa em efetuar um lançamento a débito de Caixa no valor R\$ 20.000,00 contra uma conta de Passivo relativo à “Adiantamento de Sócios” ou “Empréstimos de Sócios”, de modo a ajustar os saldos, regularizando o saldo da conta, que assim ficará devedora em R\$ 5.993,00. Sabendo que não existe documentação que venha a comprovar esta situação, como você tratar este caso?

a) () Contabilizarei a venda omitida e não registrada, oferecendo a tributação e reconhecendo os impostos consequentes, ajustando livros e registros fiscais e contábeis.

b) () Contabilizarei o valor informado, de modo a fechar com as informações enviadas ao fisco, efetuando lançamento a débito de Caixa conta a uma conta de Passivo relativo à “Adiantamento de Sócios” ou “Empréstimos de Sócios”.

Questão 5 - Nossa empresa contabilizou o valor de R\$ 136.718,60, à título de provisão para devedores duvidosos (PPDD), sendo que este valor foi utilizado como despesa dedutível para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, cujos dados já foram informados ao fisco. Estes valores foram calculados a uma alíquota de 7,5% do

saldo das contas a receber do período. Sabendo que existem restrições fiscais quanto à dedutibilidade dessa provisão, como você vai tratar este problema?

- a) () Refazer as bases de cálculo, expurgando o valor da PPDD, de modo a refletir o real valor da base de cálculo e consequentes ajustes nos valor do IRPJ e CSLL.
- b) () Contabilizarei o valor informado, de modo a fechar com as informações enviadas ao fisco, ou seja, reconhecerei a provisão como dedutível, pela alíquota de 7,5%.

ANEXO B: Decreto

DECRETO Nº 3.000, DE 26 DE MARÇO DE 1999.

Art. 305. Poderá ser computado, como custo ou encargo, em cada período de apuração, a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência normal (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57).

§ 1º A depreciação será deduzida pelo contribuinte que suportar o encargo econômico do desgaste ou obsolescência, de acordo com as condições de propriedade, posse ou uso do bem (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 7º).

§ 2º A quota de depreciação é dedutível a partir da época em que o bem é instalado, posto em serviço ou em condições de produzir (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 8º).

§ 3º Em qualquer hipótese, o montante acumulado das quotas de depreciação não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 6º).

§ 4º O valor não depreciado dos bens sujeitos à depreciação, que se tornarem imprestáveis ou caírem em desuso, importará redução do ativo imobilizado (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 11).

§ 5º Somente será permitida depreciação de bens móveis e imóveis intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso III).

INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 162, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 253, § 1º, do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994, resolve:

Art. 1º A quota de depreciação a ser registrada na escrituração da pessoa jurídica, como custo ou despesa operacional, será determinada com base nos prazos de vida útil e nas taxas de depreciação constantes dos anexos:

I - Anexo I: bens relacionados na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM;

II - Anexo II: demais bens.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.